

FLÁVIO
TARTUCE

MANUAL DE
DIREITO
CIVIL
VOLUME ÚNICO

13^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 26.12.2022

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198m

13. ed.

Tartuce, Flávio, 1976- Manual de direito civil : volume único / Flávio Tartuce. – 13. ed. – Rio de Janeiro : Método, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-698-2

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

22-81718

CDU: 347(81)



Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472



SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução).....	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	6
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	8
1.4.1 A analogia.....	10
1.4.2 Os costumes.....	12
1.4.3 Os princípios gerais de Direito	14
1.4.4 A equidade.....	17
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	19
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado	23
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	30
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o direito público	33
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	39
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	39
2.1.1 Direito Civil Constitucional	47
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	51
2.1.3 O diálogo das fontes.....	53
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	58
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	58
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	58
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	59
2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002	65
2.2.3.1 Dos absolutamente incapazes.....	69

2.2.3.2	Dos relativamente incapazes	72
2.2.4	A emancipação.....	76
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Código de Processo Civil de 2015	77
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	124
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	125
2.2.7.1	Morte real.....	125
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação.....	126
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	127
2.2.7.4	A comoriência	131
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	133
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica	138
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações	138
2.3.2	Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	141
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas	149
2.3.3.1	Das associações	149
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	156
2.3.3.3	Das sociedades	158
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	160
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado	161
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de direito privado	161
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica	163
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito	181
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	181
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	186
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade	186
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	186
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	188
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	189
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade	189
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	190
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	192
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	196
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico	197
2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional	198
2.4.3.2	Bem de família legal.....	200
2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico	211
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	211

2.5.2	Classificações do negócio jurídico	216
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Pontean.....	217
2.5.3.1	Plano da existência	219
2.5.3.2	Plano da validade	220
2.5.3.3	Plano da eficácia	230
2.5.3.4	A Escada Pontean e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	230
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	233
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico	239
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	240
2.5.5.2	Do dolo	243
2.5.5.3	Da coação	246
2.5.5.4	Do estado de perigo	248
2.5.5.5	Da lesão	250
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	254
2.5.5.7	Da fraude contra credores.....	259
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico	270
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico	271
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo.....	271
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	278
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade).....	284
2.6	Prescrição e decadência	285
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	285
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	287
2.6.3	Regras quanto à decadência	311
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência ..	314
3.	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	315
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	315
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	317
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	318
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	319
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	321
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	322
3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	323
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	323
3.4.2	Da gestão de negócios	324
3.4.3	Do pagamento indevido	326
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	327

3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	330
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação	330
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	331
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer	337
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	338
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto.....	339
3.5.2.1	Obrigação simples.....	339
3.5.2.2	Obrigação composta.....	339
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	342
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC)	342
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	344
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)	349
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	356
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	361
3.6.1	Primeiras palavras	361
3.6.2	Do pagamento direto	362
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O solvens e o accipiens. Quem paga e quem recebe.....	362
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga	366
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga	372
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	374
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	375
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento)	375
3.6.3.2	Da imputação do pagamento.....	380
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	381
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	384
3.6.3.5	Da novação.....	386
3.6.3.6	Da compensação.....	389
3.6.3.7	Da confusão	393
3.6.3.8	Da remissão de dívidas	394
3.7	Da transmissão das obrigações	395
3.7.1	Introdução	395
3.7.2	Da cessão de crédito.....	395
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida.....	401
3.7.4	Da cessão de contrato.....	403
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual.....	404
3.8.1	Modalidades de inadimplemento	404
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora	407

3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação.....	412
3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002.....	417
3.8.5	Da cláusula penal.....	424
3.8.6	Das arras ou sinal.....	437
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL	441
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito.....	441
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar.....	454
4.2.1	Primeiras palavras conceituais	454
4.2.2	Conduta humana	455
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	456
4.2.3.1	O dolo.....	456
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	457
4.2.4	O nexo de causalidade.....	462
4.2.5	Dano ou prejuízo	470
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais	471
4.2.5.2	Danos morais.....	474
4.2.5.3	Danos estéticos.....	491
4.2.5.4	Danos morais coletivos	494
4.2.5.5	Danos sociais	495
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance.....	501
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002.....	504
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	508
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva	508
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo.....	508
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas.....	517
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta.....	517
4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal	524
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção.....	526
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	527
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	528
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	533
4.4.1	Da legítima defesa.....	533
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	534
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	535

4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade	536
4.4.5	Da cláusula de não indenizar	536
5.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	539
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno	539
5.2	Principais classificações contratuais	542
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas	542
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	542
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	543
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	543
5.2.5	Quanto à previsão legal	544
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão x contrato de consumo	546
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	548
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos	548
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	551
5.2.10	Quanto à pessoalidade	551
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio	552
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002	552
5.3.1	Primeiras palavras	552
5.3.2	Princípio da autonomia privada	555
5.3.3	Princípio da função social dos contratos	560
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>)	571
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva	574
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais	593
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil	596
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	596
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação	599
5.4.3	Fase de contrato preliminar	602
5.4.4	Fase de contrato definitivo	607
5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	607
5.5.1	Primeiras palavras	607
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002	608
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor	618
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	621
5.7	A evicção	628
5.8	Extinção dos contratos	636
5.8.1	Extinção normal dos contratos	637
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração	637

5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	639
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	652
6.	CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002).....	655
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	655
6.1.1	Conceito e natureza jurídica	655
6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda	658
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	661
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda	663
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	663
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	668
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	668
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	670
6.1.5	Regras especiais da compra e venda	673
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC)	673
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)	674
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC)	675
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC)	676
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda	677
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda	678
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional.....	680
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos	683
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	684
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC)	689
6.2.1	Conceito e natureza jurídica	689
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	689
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes	690
6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ...	691
6.3.1	Conceito e natureza jurídica	691
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório	692
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC)	693
6.4.1	Conceito e natureza jurídica	693
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies	696
6.4.2.1	Doação remuneratória	696
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória	697
6.4.2.3	Doação a nascituro	697
6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	698
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	698

6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	699
6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	701
6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	702
6.4.2.9	Doação manual.....	703
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	703
6.4.2.11	Doação universal.....	707
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	708
6.4.2.13	Doação a entidade futura	709
6.4.2.14	Doação famélica.....	709
6.4.3	Da promessa de doação.....	711
6.4.4	Da revogação da doação	712
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC)	715
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	715
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	716
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo	719
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	719
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC)	719
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	725
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	730
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	730
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002	731
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	738
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	738
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	739
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC)	744
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	744
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	746
6.9.3	Do depósito necessário.....	748
6.9.4	Da prisão do depositário infiel	749
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC)	750
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	750
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	754
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002	756
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC)	764
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	767
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	770
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC)	778
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	778
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	779
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	782
6.14.4	Do transporte de coisas.....	787
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	790

6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	790
6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002.....	792
6.15.3	Do seguro de dano.....	804
6.15.4	Do seguro de pessoa.....	809
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	815
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	816
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC).....	819
6.18.1	Conceito e natureza jurídica.....	819
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002.....	823
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC).....	827
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	832
7.	DIREITO DAS COISAS.....	837
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais.....	837
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo.....	846
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC).....	849
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse.....	849
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos.....	854
7.3.3	Principais classificações da posse.....	857
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse.....	862
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos.....	862
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias.....	863
7.3.4.3	Posse e responsabilidades.....	865
7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem.....	866
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios.....	867
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato.....	877
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse.....	878
7.3.6	Composse ou compossessão.....	881
7.4	Da propriedade.....	882
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos.....	882
7.4.2	Principais características do direito de propriedade.....	887
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade.....	888
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002).....	896
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária.....	904
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	905
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais.....	907
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis.....	914
7.4.6.2.1	Generalidades.....	914

7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis	920
7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	934
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos	936
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017 e pela Lei 14.382/2022	938
7.4.6.3	Do registro do título.....	942
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	945
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel	946
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta.....	946
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis	948
7.4.7.3	Da especificação.....	950
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção	951
7.4.7.5	Da tradição	952
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	954
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	954
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	958
7.5	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019	964
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	969
7.6.1	Conceitos básicos.....	969
7.6.2	Do uso anormal da propriedade.....	971
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	974
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações	975
7.6.5	Das águas	978
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	983
7.6.7	Do direito de construir	984
7.7	Do condomínio	988
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	988
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	989
7.7.3	Do condomínio necessário.....	993
7.7.4	Do condomínio edilício.....	993
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	993
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício	1004
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício	1017
7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício	1025
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples	1025

7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018 ..	1032
7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula)	1046
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição	1056
7.9.1	Generalidades	1056
7.9.2	Da superfície	1056
7.9.3	Das servidões	1062
7.9.4	Do usufruto	1067
7.9.5	Do uso	1075
7.9.6	Da habitação	1076
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007	1077
7.9.8	Do direito real de laje	1078
7.10	Dos direitos reais de garantia	1087
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002	1087
7.10.2	Do penhor	1091
7.10.3	Da hipoteca	1097
7.10.4	Da anticrese	1108
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia	1110
8.	DIREITO DE FAMÍLIA	1141
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais	1141
8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	1142
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	1147
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC)	1147
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	1148
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)	1149
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	1149
8.1.7	Princípio da afetividade	1151
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988)	1154
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva	1154
8.2	Concepção constitucional de família	1160
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC)	1162
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios	1162
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento	1164
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022). Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração	1173
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC)	1180

8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC).....	1181
8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1183
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1183
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1184
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1184
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1184
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1188
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1191
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1197
8.3.5	Provas do casamento.....	1198
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres.....	1199
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1201
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1201
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	1207
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1216
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1219
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1230
8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015.....	1230
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	1248
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato.....	1248
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1250
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1252
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1257
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	1260
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1263
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1284

8.4	Da união estável	1286
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato	1286
8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1298
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável.....	1308
8.5	Relações de parentesco	1314
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1314
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1317
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC).....	1339
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos	1339
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação	1340
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1342
8.5.4	Da adoção	1349
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1359
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002	1368
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar	1368
8.6.2	Características da obrigação de alimentos	1371
8.6.3	Principais classificações dos alimentos	1382
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos	1391
8.7	Da tutela e da curatela	1393
8.7.1	Primeiras palavras	1393
8.7.2	Da tutela.....	1397
8.7.3	Da curatela.....	1406
9.	DIREITO DAS SUCESSÕES	1427
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões	1427
9.2	Da herança e de sua administração.....	1434
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1437
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder	1442
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1445
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças	1452
9.7	Da ação de petição de herança	1456
9.8	Da sucessão legítima	1461
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil	1461
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo</i> n. 864 da Corte)	1467

9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro	1477
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1479
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1484
9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro	1486
9.8.7	Do direito de representação.....	1501
9.9	Da sucessão testamentária.....	1503
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto	1503
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento.....	1509
9.9.2.1	Do testamento público	1511
9.9.2.2	Do testamento cerrado	1514
9.9.2.3	Do testamento particular	1517
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento	1523
9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	1523
9.9.3.2	Do testamento militar.....	1524
9.9.4	Do codicilo	1524
9.9.5	Das disposições testamentárias.....	1526
9.9.6	Dos legados	1533
9.9.6.1	Conceito e espécies	1533
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento	1535
9.9.6.3	Da caducidade dos legados	1537
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1537
9.9.8	Das substituições testamentárias	1539
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias	1542
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade.....	1543
9.9.11	Do rompimento do testamento.....	1545
9.9.12	Do testamentário	1548
9.10	Do inventário e da partilha	1551
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos.....	1551
9.10.1.1	Do inventário judicial.....	1553
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	1554
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário.....	1579
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum.....	1582
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública.....	1585
9.10.2	Da pena de sonegados.....	1594
9.10.3	Do pagamento das dívidas	1596

9.10.4	Da colação ou conferência	1599
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas	1604
9.10.6	Da partilha.....	1606
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial	1606
9.10.6.2	Da partilha judicial.....	1608
9.10.6.3	Da partilha em vida.....	1613
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção.....	1614
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha	1615
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		1619